

Diário do Legislativo de 12/09/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Antônio Carlos Andrada

Vice-Líderes: Amílcar Martins e Kemil Kumaira

3) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Cristiano Canêdo

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Bené Guedes

6) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Pastor George

Vice-Líder:

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Pedro Pinduca

8) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Márcio Kangussu

Vice-Líder: Luiz Menezes

9) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

10) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

Vice-Líder: Rogério Correia

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB) e Agostinho Silveira (PL)

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Ermano Batista (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo PMDB Presidente
Brandão

Deputado Hely Tarquínio PSDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Sargento PSB
Rodrigues

Deputado Antônio PSD
Genaro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Miguel Martini

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas PMDB Presidente
Rodrigues

Deputado Ailton Vilela Vice-Presidente

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Ambrósio PTB
Pinto

Deputado Pinduca PPB
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Leite

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo PMDB Presidente
Rezende

Deputado Agostinho PL Vice-Presidente
Silveira

Deputado Ermano PSDB
Batista

Deputado Eduardo PFL
Hermeto

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Márcio PPS
Kangussu

Deputado Sávio Souza PSB
Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

Deputado Cabo Morais PL
Deputado Agostinho Patrús PSDB
Deputado Sebastião Costa PFL
Deputado Ambrósio Pinto PTB
Deputado Luiz Menezes PPS
Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria José PT Presidente
Haucisen

Deputado João Paulo PSD Vice-Presidente

Deputado Anderson PMDB
Adauto

Deputado Agostinho PSDB
Patrús

Deputado Bené Guedes PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Ailton Vilela

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Edson Presidente
Rezende

Deputado Durval Ângelo PT Vice-Presidente

Deputado Luiz Tadeu PMDB
Leite

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Antônio PSDB Vice-Presidente
Carlos Andrada

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Pinto PTB
Ribeiro

Deputado Dalmo Ribeiro PSD
Silva

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro Lobo PSDB Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB Vice-Presidente

Deputado Anderson PMDB
Aauto

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Luiz Fernando PPB
Faria

Deputado Rogério PT
Correia

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José Milton PL Presidente

Deputado Fábio Avelar PPS Vice-Presidente

Deputado Antônio PMDB
Andrade

Deputado Miguel
Martini

Deputado Maria José PT
Hauelsen

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Anderson Aduato PMDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Batista de PDT Presidente
Oliveira

Deputado Chico Rafael PSB Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo PMDB
de Oliveira

Deputado Kemil PSDB
Kumaira

Deputado Paulo Piau PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra PPB Presidente
Pinto

Deputado Paulo PMDB Vice-Presidente
Pettersen

Deputado Amílcar PSDB
Martins

Deputado Alencar da PDT
Silveira Júnior

Deputado Djalma Diniz PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pinduca Ferreira PPB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco Régis PPS Presidente

Deputado José Braga PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Elaine PSB
Matozinhos

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Edson Rezende

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro PSD Presidente
Silva

Deputado Bené Guedes PDT Vice-Presidente

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado João Leite

Deputado Luiz Menezes PPS

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Maria Olívia PSDB

Deputado Márcio Kangussu PPS

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen Santiago PTB Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Ermano PSDB
Batista

Deputado Dinis Pinheiro PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Geraldo Rezende PMDB

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria Olívia PSDB Presidente

Deputado Gil Pereira PPB Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Pastor George PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Dinis Pinheiro PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Mesa da Assembléia

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 69ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Às dez horas do dia vinte e oito de agosto de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Menezes, Bené Guedes e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bené Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria da pauta e ouvir os Srs. Dárcio Guimarães Andrade, Juiz Federal do Trabalho; José Diamantino Neto, Delegado Substituto e Chefe da Sessão de Relações do Trabalho, representando o Sr. Wellington Gaia; Fernando Marinho, representante da CUT, e Flávio Almeida, professor, que irão discutir a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - e a sua atualidade, os quais são convidados a tomar assento à Mesa. A seguir, o Presidente procede à leitura de correspondência do Sr. Tarcísio Campos Ribeiro, Superintendente-Geral da FUNED, publicada no "Diário do Legislativo" do dia 25/8/2001. Ato contínuo, designa o Deputado João Leite para relatar o Projeto de Lei nº 1.449/2001 e o Deputado Bené Guedes para relatar o Projeto de Lei nº 1.560/2001. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado João Leite emite parecer, em 2º turno, sobre o Projeto de Lei nº 588/99, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Ainda com a palavra, o Deputado João Leite emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.258/2000, em 1º turno, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Na seqüência dos trabalhos, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação das proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. O Presidente submete a discussão e votação, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.571, 1.572 e 1.602/2001 (relator: Deputado João Leite); 1.576/2001 (relator: Deputado Luiz Menezes); e 1.582 e 1.606/2001, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Bené Guedes), os quais são aprovados. Após, submete a votação o Requerimento nº 2.467/2001, que é aprovado. Prosseguindo, submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.446, 1.475, 1.525, 1.530, 1.536, 1.551 e 1.537/2001, que são aprovados. O Presidente, autor do requerimento que suscitou esta reunião, tece as suas considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra aos expositores. Passa-se à fase de debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Bené Guedes - Luiz Menezes - João Leite.

ATA DA 65ª REUNIÃO Ordinária da comissão de meio ambiente e recursos naturais

Às quinze horas e quinze minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Milton, Fábio Avelar, Antônio Andrade, Maria José Hauelsen e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença do Deputado Sebastião Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Milton, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à discussão e à votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Na condição de relator, o Presidente procede à leitura do Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 498/99. Na fase de discussão, o Deputado Antônio Andrade solicita vista da proposição, pedido que é deferido pelo Presidente. Na seqüência, o Deputado Fábio Avelar faz a leitura do seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.482/2001, em 1º turno, o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Deputado Antônio Andrade procede à leitura do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.488/2001, em 1º turno, o qual conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1. Durante a discussão, o Deputado Fábio Avelar solicita vista da matéria, que é concedida pelo Presidente. O Deputado Fábio Avelar faz a leitura do seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.566/2001, em 1º turno, o qual conclui pela aprovação do projeto. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente submete a discussão e votação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.331/2000, que é aprovado. Na 3ª Parte da Ordem do Dia, são votados e aprovados requerimentos da Deputada Maria Olívia solicitando reunião conjunta com a Comissão de Turismo, Indústria e Comércio para ouvir a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais em Turismo - COOPERATUR -, por ocasião do 1º Encontro Mineiro Integrado de Turismo; do Deputado Miguel Martini solicitando a realização de audiência pública no Município de São Lourenço, para se discutir, com a presença de convidados, o licenciamento para exploração de uma lavra de minério de ferro, pela Brumafer, no Município de Caeté; do Deputado Paulo Piau solicitando a convocação do Diretor-Geral do IEF, José Luciano Pereira, para prestar esclarecimentos sobre a acusação levantada por ele sobre a existência de irregularidades no processo de criação dos Parques Estaduais "Serra das Araras" e "Veredas do Acaí"; do Deputado Fábio Avelar solicitando a realização de audiência pública no Município de São Lourenço, para se discutir, com a presença de convidados, o modelo de organização a ser adotado para a realização do II Workshop das Águas Minerais, em março de 2002. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2001.

José Milton, Presidente - Maria José Hauelsen - Fábio Avelar - Miguel Martini - Antônio Andrade.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE OS VetoS à Proposição DE LEI COMPLEMENTAR Nº 67 E ÀS PROPOSIÇÕES DE LEI NºS 14.818, 14.838 e 14.840

Às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Pastor George, Ambrósio Pinto e Maria José Hauelsen, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença do Deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Durval Ângelo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado João Leite, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à Primeira Fase da Ordem do Dia, compreendendo discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Em poder da Mesa, estão os requerimentos dos Deputados Durval Ângelo, para que se aprecie em primeiro lugar o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 67, e do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando a análise do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.838 em segundo lugar. Colocados em votação, são os requerimentos aprovados. A seguir, após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, o parecer para o turno único do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 67, em que se conclui pela manutenção do veto ao art. 127 e pela rejeição dos vetos ao inciso XIV do art. 67, ao inciso II do art. 119 e ao art. 147 (relator: Deputado Durval Ângelo, em virtude de redistribuição), e o parecer para o turno único do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.838, em que se conclui pela manutenção do veto ao § 4º do art. 5º da Lei nº 10.366, de 28/12/90, constante no art. 2º (relator: Deputado Durval Ângelo, em virtude de redistribuição). Após a conclusão da votação desse veto, o Deputado Durval Ângelo se retira da reunião, instante em que a Deputada Maria José Hauelsen assume a condição de efetiva da Comissão. A seguir, o Presidente, Deputado João Leite, redistribui o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.818 ao Deputado Ambrósio Pinto, que solicita prazo regimental para a emissão de seu parecer. Ato contínuo, a Deputada Maria José Hauelsen emite o seu parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.840, em que conclui pela rejeição do veto ao art. 15. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2001.

ATA DA 82ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Durval Ângelo e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Adelmo Carneiro Leão e João Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e procede à leitura da seguinte correspondência: carta dos Srs. Pedro Costa de Almeida e Francisco Antônio de Moura em que solicitam providências da Comissão; ofícios do Secretário da Segurança Pública, do Comandante-Geral da PMMG, do Presidente da CEMIG, da Diretora do Hospital João XXIII e do Deputado Federal Bonifácio de Andrada, em que respondem a pedidos de informação e de providências da Comissão; ofícios do Secretário da Segurança Pública e do Presidente do Tribunal de Contas em que encaminham respostas a pedidos de informação da Comissão sobre inquérito policial que tramitou em Viçosa e sobre convênios e contratos assinados pelo DER-MG, respectivamente; ofício do Secretário da Segurança Pública em que presta esclarecimentos sobre a assistência médica prestada ao detento Antônio Marcos Santana; denúncia anônima sobre fraude em concurso público da HEMOMINAS de Uberaba; convite do Centro de Estudos Jurídicos do Ministério Público do Trabalho para a palestra sobre Trabalho Infante-Juvenil, no dia 6/9/2001; denúncia de José Jacinto Neto. A seguir, na fase de apreciação de matéria que dispensa a apreciação do Plenário, o Presidente submete a discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.604/2001, em turno único. É aprovada a proposição. Ato contínuo, são aprovados os requerimentos do Deputado Edson Rezende em que solicita audiência pública para discutir a aplicação da Lei nº 13.187, com os convidados que menciona; do Deputado João Leite em que solicita seja exibida fita de vídeo na reunião, acerca de matéria relacionada com o assassinato da esposa do jornalista José Cleves da Silva. São designados os seguintes relatores: Projeto de Lei nº 979/2000, no 1º turno (relator: Deputado Luiz Tadeu Leite); Projeto de Lei nº 1.273/2001, no 2º turno (relator: Deputado Durval Ângelo); Projeto de Lei nº 1.613/2001, no 1º turno (relatora: Deputada Elbe Brandão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2001.

Edson Rezende, Presidente - Elbe Brandão - Durval Ângelo - Doutor Viana.

ATA DA 68ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brandão, Hely Tarquínio, Sebastião Navarro Vieira, Cabo Morais, Cristiano Canêdo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A seguir, esclarece que se encontra em poder da mesa e à disposição dos Deputados a correspondência do Sr. Edmundo Antonio Matarazzo, Superintendente de Universalização da ANATEL, publicada no "Diário do Legislativo" do dia 23/8/2001. A Presidência comunica que em 10/8/2001 foram os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Hely Tarquínio e Cristiano Canêdo designados relatores, respectivamente, do Projeto de Lei Complementar nº 26/00 e dos Projetos de Lei nºs 774/99 e 1.197/2000, todos no 2º turno; 23/8/2001, a Presidência avocou a si a relatoria do Projeto de Lei nº 828/2000, no 1º turno; e em 29/8/2001 foram os Deputados Sargento Rodrigues e Cabo Morais designados, respectivamente, relator e relator parcial do Projeto de Lei nº 1.439/2001, no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira apresenta requerimento em que solicita a retirada de pauta do Projeto de Lei nº 1.159/2000, no 2º turno. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Em seguida, usa da palavra o Deputado Hely Tarquínio, que emite parecer para o 2º turno sobre o Projeto de Lei nº 774/99, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira emite parecer para o 2º turno sobre o Projeto de Lei nº 1.219/2000, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Na condição de relator, o Deputado Eduardo Brandão emite parecer para o 1º turno sobre as Emendas nºs 8 e 9, apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 819/2000, mediante o qual conclui pela aprovação da Emenda nº 8 com as Subemendas nºs 1 e 2 e pela rejeição da Emenda nº 9. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Logo após, o Deputado Sargento Rodrigues faz declaração de voto. Ato contínuo, o Presidente, Deputado Eduardo Brandão, na condição de relator, emite parecer para o 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 1.422/2001, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 5 a 7, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Na fase de discussão do parecer, é apresentada proposta de emenda do Deputado José Henrique. Colocado em votação, é o parecer do relator aprovado, sendo rejeitada a proposta de emenda. Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira emite parecer para o 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 1.501/2001, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Em seguida, o Deputado Hely Tarquínio emite parecer para o 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 1.550/2001, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira solicita seja reiterado pedido formulado em 6/6/2001 pela Comissão, o qual trata de sugestões, solicitações e providências quanto à realização de concurso público para a contratação de servidores para a área da educação, o qual tem por objetivo preencher as vagas existentes no quadro de magistério e no quadro permanente. Em seguida, o Presidente submete a votação requerimento do Deputado Mauro Lobo em que solicita realização de audiência pública com a presença dos Secretários de Recursos Humanos e Administração e do Planejamento e Coordenação Geral para prosseguimento da discussão sobre a situação atual da carreira do administrador público, o qual é aprovado. Com a palavra, o Deputado Sargento Rodrigues apresenta requerimento em que solicita seja encaminhado ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais solicitando que envie relação nominal com os valores recebidos pelos militares a título de ajuda de custo e as diárias referentes aos exercícios de 1997 e 1998. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2001.

Eduardo Brandão, Presidente - Sargento Rodrigues - Ambrósio Pinto - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 69ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública

Às quatorze horas e cinco minutos do dia cinco de setembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Brandão, Bilac Pinto, Sargento Rodrigues, Ambrósio Pinto (substituindo este ao Deputado Cristiano Canêdo, por indicação da Liderança do PTB) e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do PSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A seguir, o Presidente informa o recebimento de ofício do Sr. Francisco Xavier Medeiros Vieira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, publicado no "Diário do Legislativo" de 30/8/2001. Ato contínuo, a Presidência esclarece que, em 31/8/2001, avocou a si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.683/2001 no 1º turno e que foram os Deputados Cabo Morais e Cristiano Canêdo designados relatores, respectivamente, dos Projetos de Lei nºs 806/2000 e 1.421/2001, estes no 2º turno. Logo após, o Presidente distribui o Projeto de Lei nº 1.488/2001, no 1º turno, ao Deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência redistribui o Projeto de Lei nº 1.197/00, no 2º turno, ao Deputado Sargento Rodrigues, que usa da palavra para emitir seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente submete a votação, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 2.494, 2.495 e 2.506/2001, todos em turno único, os quais são aprovados. A seguir, é colocado em votação e aprovado o Requerimento nº 2.509/2001 com a Emenda nº 1, do Deputado Dalmo Ribeiro. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado Sargento Rodrigues, apresenta requerimento em que solicita se peça à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais o envio a esta Comissão de cópia do contrato social e suas alterações da empresa Comércio e Indústria de Tecidos e Roupas Ltda. - CITEROL. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de setembro de 2001.

Eduardo Brandão, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - Agostinho Silveira - Dilzon Melo.

Ordem do dia da 280ª reunião ordinária, em

12/9/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 1.963/2001, do Deputado Sargento Rodrigues, solicitando ao Comandante-Geral da PMMG informações sobre a situação do loteamento Nova Benfica, no Município de Juiz de Fora. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.005/2001, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando ao Comandante-Geral da PMMG o envio a essa Comissão de cópia dos autos de sindicância realizada na Comarca de Pedra Azul e de toda a documentação enviada pela PMMG às autoridades. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.131/2001, do Deputado Miguel Martini, em que pede informações ao Presidente da COPASA-MG sobre os aumentos de suas tarifas nos exercícios de 2000 e 2001, além de requerer o envio das respectivas planilhas de estudos prévios e justificativas dos reajustes. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.132/2001, do Deputado Miguel Martini, em que solicita ao Presidente da CEMIG o envio a esta Casa de informações detalhadas a respeito dos aumentos de tarifas nos exercícios de 2000 e 2001, incluindo as respectivas planilhas de estudos prévios e justificativas dos aumentos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.139/2001, do Deputado Aílton Vilela, solicitando ao DER-MG informações sobre a pavimentação do Aeroporto Melo Viana, do Município de Três Corações, cuja obra aguarda autorização do órgão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.140/2001, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, solicitando ao Presidente da FEAM o envio de cópia do processo referente à Lavra Santa Cruz, da Mineração Morro Velho, no Município de Raposos, inclusive o termo de compensação ambiental. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.152/2001, da Comissão de Defesa do Consumidor, solicitando ao Presidente da CEMIG as informações que menciona, referentes a consumo de energia. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.195/2001, do Deputado Márcio Cunha, em que solicita informações ao Presidente do IPSEMG referentes à administração do Instituto, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.214/2001, do Deputado Márcio Cunha, solicitando ao Comandante-Geral da PMMG e aos Secretários da Segurança Pública e da Justiça informações sobre as medidas de segurança que serão adotadas no Estado em decorrência do racionamento de energia elétrica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 2.273/2001, da Comissão de Transporte, solicitando ao Presidente e aos Diretores da COPASA-MG o envio a esta Casa da lista de prioridades definidas pela empresa para atendimento às cidades do Norte de Minas e vale do Jequitinhonha. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 67, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 127 e pela rejeição do veto ao inciso XIV do art. 67, ao inciso II do art. 119 e ao art. 147.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.819, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 12.989, de 30/7/98, que altera dispositivos da Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.827, que dispõe sobre os custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.835, que acrescenta os §§ 18 e 19 ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do

Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.838, que altera dispositivos da Lei nº 10.366, de 28/12/90, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.840, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria da Educação e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.818, que dispõe sobre a notificação ao órgão executivo de trânsito do conteúdo das decisões proferidas pelas instâncias administrativas ou judiciais sobre os feitos relativos a infrações às leis de trânsito e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva solicitou prazo regimental para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.739/2001, da Mesa da Assembléia, que consolida as normas que disciplinam a remuneração dos membros da Assembléia Legislativa e dispõe sobre o pagamento, a eles, de parcelas indenizatórias.

A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 59ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10h30min do dia 12/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 936/2000, da CPI do IPSM; 1.069/2000, do Deputado Agostinho Silveira; 1.327/2000, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.398/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.510/2001, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 805/2000, do Deputado Rogério Correia; 1.039/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.120/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.478/2001, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.581/2001, da Deputada Maria José Haueisen; 1.595/2001, do Governador do Estado; Projeto de Lei Complementar nº 37/2001, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial do Ensino Superior, a realizar-se às 9h30min do dia 13/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os seguintes convidados: Srs. Francisco César de Sá Barreto, Reitor da UFMG; Carlos Alexandrino dos Santos, Diretor do CEFET-MG; Ricardo Carneiro, Diretor da Escola de Governo - ECMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 12/9/2001, destinada à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 14.819, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 12.989, de 30/7/98, que altera dispositivos da Lei nº 6.763, de 26/12/75; 14.827, que dispõe sobre os custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura do Estado; 14.835, que acrescenta os §§ 18 e 19 ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências; 14.838, que altera dispositivos da Lei nº 10.366, de 28/12/90, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais; 14.840, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria da Educação e dá outras providências, e 14.818, que dispõe sobre a notificação ao órgão executivo de trânsito do conteúdo das decisões proferidas pelas instâncias administrativas ou judiciais sobre os efeitos relativos a infrações às leis de trânsito e dá outras providências; e à Proposição de Lei Complementar nº 67, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências; e do Projeto de Resolução nº 1.739/2001, da Mesa da Assembléia, que consolida as normas que disciplinam a remuneração dos membros da Assembléia Legislativa e dispõe sobre o pagamento, a eles, de parcelas indenizatórias; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 11 de setembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Pinto Coelho, Ivo José, Olinto Godinho, Mauri Torres, Wanderley Ávila e Álvaro Antônio, membros da Mesa da Assembléia, para a reunião a ser realizada em 12/9/2001, às 10 horas, no Salão Nobre, com a finalidade de se apreciarem os Requerimentos nºs 2.261/2001, da Comissão de Direitos Humanos; 2.282/2001, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.303 e 2.315/2001, da Comissão de Administração Pública; 2.329/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.336/2001, da Comissão de Direitos Humanos; 2.340/2001, da Comissão de Saúde; 2.346/2001, do Deputado Bilac Pinto; 2.349/2001, do Deputado Miguel Martini; 2.350 a 2.354/2001, da Comissão de Direitos Humanos; 2.355/2001, do Deputado Miguel Martini; 2.360/2001, do Deputado Sebastião Costa; 2.374/2001, do Deputado José Braga; 2.380/2001, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; 2.387/2001, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 2.389 e 2.390/2001, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 2.405 e 2.406/2001, da Comissão de Direitos Humanos, e 2.496/2001, da Deputada Elaine Matozinhos, e de se discutirem e apreciarem requerimentos sem número e proposições da Mesa da Assembléia.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 11 de setembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial das Máquinas "Off-Line"

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Márcio Kangussu, Luiz Fernando Faria, Cabo Morais e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/9/2001, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2001.

Alencar da Silveira Júnior, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cabo Morais, Elbe Brandão, Geraldo Rezende e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/9/2001, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2001.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI da Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão, Alberto Bejani, Doutor Viana, Marcelo Gonçalves e Marco Régis, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/9/2001, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o relatório final da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2001.

Hely Tarquínio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Saúde e de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Braga, Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta e Elaine Matozinhos, membros da Comissão de Saúde; Dimas Rodrigues, Aílton Vilela, Alberto Bejani, Ambrósio Pinto e Pinduca Ferreira, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para a reunião a ser realizada em 13/9/2001, às 9h30min, no auditório, com a finalidade de se discutir a proposta de regionalização da Saúde no Estado. Convidados: Representante do Ministério da Saúde no PDR e PDI em Minas Gerais, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE -, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha - AMAJE -, Presidente da Associação dos Municípios do Baixo Jequitinhonha, Presidente do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde - COSEMS -, e Diretora do Centro de Planejamento da Secretaria da Saúde.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2001.

Marco Régis, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Genaro, Marco Régis, Rogério Correia e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/9/2001, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Relatório

De iniciativa da Deputada Elaine Matozinhos, o projeto de lei sob análise objetiva declarar de utilidade pública a Associação de Mulheres Pioneiras da Grande BH em prol da Vida - ASSPEGA Pioneira, com sede no Município de Belo Horizonte.

Após ser publicada, foi a proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme dispõe o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A ASSEPEGA Pioneira tem por objetivo trabalhar em favor das famílias e mulheres da Grande BH, conscientizando-as de seus direitos e incentivando-as ao exercício da cidadania. Promove a integração entre as mulheres e incentiva a sua participação em entidades que defendam seus direitos. Além disso, busca acordos objetivando a implementação de políticas públicas voltadas para os interesses e necessidades femininas.

Pela importância que representa o trabalho da instituição, justo e meritório se faz o título que se lhe pretende outorgar.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.672/2001 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2001.

Durval Ângelo, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

275ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 30/8/2001

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia iniciar minha fala, sem fazer referência ainda que sucinta, ao momento de apreensão por que passa todo brasileiro, pela situação vivida, há várias horas, pelo empresário e apresentador de televisão Silvio Santos. Não havendo nada de concreto que possamos fazer para diminuir esse sofrimento, resta-nos, junto a todos os brasileiros que acompanham esse drama com pavor, torcer e rezar para que Deus proteja Silvio Santos e seu algoz, a fim de que tenhamos o final mais satisfatório que se possa desejar. Junto, portanto, minhas palavras e minha oração às de todos os que acompanham o desenrolar desses fatos que paralisaram o Brasil, ao longo da manhã e desse início de tarde. Aguardamos o melhor desfecho possível e que Deus os proteja!

Volto, agora, a assuntos específicos da política de nosso Estado. Não poderia deixar de saudar toda a população de Contagem, que hoje completa 90 anos de emancipação política.

Felizmente, neste momento, Contagem tem o privilégio de ter, em sua direção, a presença firme e serena, mas decidida e competente, do Prefeito Ademir Lucas, que resgatou a dignidade de um povo humilhado e destruído por alguns anos de má administração pública, sob o comando do atual Vice-Governador Newton Cardoso e do seu sucessor Paulo Mattos. Todos, até mesmo os seus adversários, reconhecem que, na história de Contagem, nenhum homem público fez mais pelo seu povo e por sua cidade do que o Prefeito Ademir Lucas. Como Prefeito, como Deputado Estadual, como Deputado Federal, como Secretário de Estado, enfim, em todas as funções da sua honrada trajetória política, esse Prefeito foi quem mais serviços prestou ao povo e à cidade de Contagem. Foi um privilégio, neste momento em que acompanho mais uma vez a sua trajetória, estar presente na inauguração do Centro de Convivência Governador Mário Covas. Pude compartilhar da alegria da população de Contagem com mais essa inauguração, pois, neste mês, houve muitas inaugurações nessa cidade. Foi inaugurado um centro de saúde e um centro de consultas especializadas. Nem Belo Horizonte tem um centro desse, com unidades móveis de odontologia, de centros de saúde e de escolas. Pude compartilhar dessa alegria pela ação benfazeja do seu Prefeito, da sua esposa, Vanessa de Oliveira Dias, e de toda a sua equipe. Registro a participação de todos os Vereadores de Contagem, que se uniram ao Prefeito Ademir Lucas, em a demonstração e maturidade, de desprendimento, de espírito público, independente de partido político, para assegurar o interesse do povo de Contagem.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Obrigado. Acompanhei o seu discurso justo e merecido. Somo-me a V. Exa. no reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Prefeito Ademir Lucas. Tenho ido a Contagem e pude estar com o Prefeito. Como V. Exa., constatei que essa cidade respira outros ares, da expectativa, da esperança e do resultado dos trabalhos. Principalmente o povo mais carente tem sentido isso, graças à sensibilidade do Prefeito e da sua equipe de Governo. O povo de Contagem voltou a acreditar que a administração pública pode ser séria, como a do Prefeito Ademir Lucas. Posso dar um testemunho a favor do seu trabalho. Parabéns.

O Deputado Amílcar Martins* - Muito obrigado. Passo ao terceiro assunto que me trouxe a esta tribuna. Nos últimos dias, temos sido questionados sobre o trabalho dos Deputados. O que podemos fazer para ajudá-los a enfrentar os graves problemas do povo? Todos sabemos das limitações constitucionais que impedem que os Deputados desta Casa tenham a iniciativa de elaborar projetos de lei que tanto alcance social teriam. Esses impedimentos dão como prerrogativa exclusiva do Poder Executivo elaborar projetos de lei que envolvam despesas que comprometam os recursos do Estado. Não obstante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de dizer e falar com prazer sobre uma atitude suprapartidária.

Sou testemunha - e tenho acompanhado o trabalho de Deputados de todos os partidos políticos que têm representação nesta Casa - de sua preocupação, de seu esforço para fazer proposições de lei, de propor idéias, debates e iniciativas que favoreçam os interesses da população de Minas, sobretudo os dos mais pobres.

Estou feliz neste momento, quando um projeto de minha iniciativa, simples, como convém, mas de enorme alcance social, está pronto para ser votado, talvez ainda hoje, em 2º turno. Prevê a obrigatoriedade por parte da SEF, de devolução a todos os contribuintes multados pelo DETRAN que recorreram à JARI e tiveram seus recursos deferidos em, no máximo, 30 dias. Não o fazendo o Governo do Estado fica obrigado a pagar multa de 2%, mais juros e correção monetária.

A razão desse projeto é que, desde janeiro de 1999, o Governador Itamar Franco não pagou única devolução de multa. Nem uma, meus amigos que me ouvem e que me vêem pela TV Assembléia. Foram mais de 40 mil recursos deferidos pela JARI, junta administrativa encarregada de julgar. É com satisfação que vejo que esta Casa aprovou ontem, na Comissão de Fiscalização Orçamentária, substitutivo ao meu projeto, o qual atende perfeitamente ao seu espírito, para que possamos votá-lo. Esse projeto vai favorecer de maneira muito direta os contribuintes e motoristas de Minas Gerais.

Como se não bastasse isso, cobram-nos ainda a função fiscalizadora. Deus é testemunha e os anais desta Casa também, de que outra coisa não temos feito ao longo desses quase 3 anos, a preocupação de exercermos com isenção, mas com rigor, o papel fiscalizador que a Constituição nos determina. Posso dizer isso porque, desta tribuna, foram dezenas de vezes que aqui estive para denunciar desmandos, equívocos, para fazer questionamentos referentes à administração pública do nosso Estado, às vezes de alguns municípios, mas sobretudo para fiscalizar o Poder Executivo do Governador Itamar Franco. Só de requerimentos que formulei a esta Mesa Diretora ao longo do meu mandato foram mais de 28, que estão aqui listados, todos numerados e publicados. Foram requerimentos de informações sobre atos administrativos que precisam de esclarecimentos. Quase nenhum foi efetivamente respondido. E não fiquei nisso. Tive a iniciativa de me dirigir ao Ministério Público do Estado. Tenho mais de 15 interpelações registradas no Ministério Público. Volto a afirmar: mais de 15 vezes dirigi-me ao Ministério Público do Estado, aos Promotores, para solicitar que investigassem este ou aquele problema na administração do Estado.

Em algumas dessas manifestações, obtive sucesso. Conseguimos, por exemplo, a condenação de atos de improbidade administrativa no DER-MG. Sou testemunha de que Deputados da Situação e da Oposição estão firmes e seguros no cumprimento da sua função fiscalizadora. E continuo nesse cumprimento. Pergunto, agora: onde está o Governador Itamar Franco?

Tive notícia dele, ontem, no Piauí, onde foi condecorado recebendo faixa que era imitação da faixa presidencial. Vimos, hoje, a sua foto nos jornais de Minas Gerais. Por aqui, não estava. Antes de Piauí, foi Brasília; antes de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e assim por diante. E temos cumprido a nossa função como Deputados da Oposição.

O Governador, nos últimos tempos, tem renunciado a muitas coisas. Desistiu de ser candidato a Presidente do PMDB, desistiu de tirar licença de 43 dias para tratamento de saúde, porque não havia necessidade. Mantendo a sua coerência, desistiu, efetivamente, para desespero dos mineiros, de governar Minas Gerais. Essa é a desistência que questionamos.

Governador Itamar Franco, ainda há tempo para, pelo menos, num gesto simbólico, V. Exa. exercer, em alguns momentos, por um dia que seja, o seu mandato de Governador. Por enquanto, a imagem que fica é a da sua desistência e renúncia ao mandato que o povo lhe deu.

Termino a minha fala fazendo referência a um ofício que recebi de Vereadores do Município de Esmeraldas, que questionam a restauração de antigo casarão construído no início do sec. XIX naquele município, o casarão Santo Antônio. Construído pelo primeiro Presidente da Província de Minas, Visconde de Abaeté, recebeu recursos para a sua restauração, que está parada por inação da atual administração pública municipal. Recebi requerimento assinado por sete Vereadores de Esmeraldas: Flávio Leroy, Elias Miranda, Marley Silva, Marcos Elias, Guedes, Márcio Heleno da Mata e Josué Nunes de Carvalho, para que a Assembléia Legislativa entre nessa luta. É um casarão histórico, tombado por legislação municipal, o qual serviu de palco para parte importante da história de Esmeraldas. Já está depositado na conta do município o dinheiro da restauração. Mas o Prefeito, por se tratar de iniciativa do então Deputado Federal Ademir Lucas, recusa-se a dar continuidade a essa restauração.

Sr. Prefeito de Esmeraldas, isso é de interesse público e está acima de questões partidárias. A defesa desse casarão e a sua restauração são o legado que deixaremos para as populações futuras. Respeite o patrimônio público de seu município, o patrimônio histórico, respeite a manifestação dos Vereadores de seu município. O dinheiro já está depositado, à disposição da Prefeitura. Não interrompa a restauração do casarão Santo Antônio.

Sr. Presidente, agradeço a sua compreensão. Reafirmo a nossa disposição de fazer proposições de lei, de fiscalizar o Poder Executivo, exercendo plenamente o mandato que o povo de Minas Gerais confiou a todos nós, Deputados da Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, TV Assembléia, amigos das galerias, meus senhores, minhas senhoras, vários questionamentos me trazem aqui, nesta tarde. Por diversas vezes ocupei esta tribuna para trazer ao povo mineiro questões que nos preocupam. Inicialmente, permitam-me enumerar algumas ações que estamos agilizando. Temos a certeza de que contaremos com o apoio desta Casa.

No dia 29 de maio deste ano, realizamos, na Comissão de Educação, audiência pública para franca discussão relacionada aos CESECS - antigos CESUs -, hoje abrigando quase 100 mil estudantes, que têm mais de 50 unidades espalhadas pelo Estado. Naquela tarde, formamos uma comissão para discussão mais ampla e efetiva, a fim de apresentar ao Secretário da Educação proposta adequada e direcionada ao funcionamento dos CESECS. Procuramos refletir sobre os fatos acontecidos ao longo do tempo, levando em conta que no Governo passado nenhuma atenção especial foi dada aos CESECS. Pelo contrário. Houve o fechamento de várias unidades no Estado. Depois da posse do Governador Itamar Franco, o Secretário Murílio Hingel - homem de extraordinária visão - tomou a sua participação, sua contribuição e, o que é mais importante, sua atenção, para que os CESECS possam ter uma legislação específica.

Na terça-feira passada nos reunimos com a Profa. Maria Stela do Nascimento, que representou o Secretário. A sua proposta foi que a Comissão de Educação desta Casa, juntamente com a Secretaria, apresentasse um projeto que atendesse aos anseios de todas as unidades dos CESECS.

Então, quero louvar essa iniciativa neste momento, em que se abre uma grande discussão, uma vez que estamos procurando fazer com que esse aperfeiçoamento do ensino continuado tenha uma legislação específica e uma qualificação profissional determinada àquele que busca o ensino da sua idade, acima de 15 anos. Isso é muito importante. Temos certeza de que, ainda neste ano, teremos a legislação específica para os CESECS de Minas Gerais.

Gostaria, senhores, de manifestar também o mesmo sentimento em relação à nota oficial publicada no "Diário Oficial" de hoje, pelo Sr. Secretário da Educação, quando vem a público esclarecer o questionamento judicial, promovido pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal, contra os arts. 81 e 82 da Constituição mineira, que tratam da criação das universidades estaduais, ou seja, a UEMG e a UNIMONTES.

Causou-nos espanto, causou-nos indignação o fato de o Governo Federal querer desestabilizar o ensino, esse ensino sério, competente, que vem sendo comandado pelo Ministro e Secretário Murílio Hingel. Antes mesmo dessa nota de hoje, na manhã de ontem, nós, na Comissão de Educação, apresentamos um requerimento, que já está aprovado, sobre a realização de uma audiência pública no dia 11 próximo. Nesse grande encontro, com certeza, teremos um debate franco, para saber até quando o Governo Federal vai perturbar, vai tentar desestabilizar o Governo de Minas.

Se não bastassem esses ataques constantes que Fernando Henrique, nosso Presidente, tem feito a Minas, agora procura ainda mexer na nossa Constituição Estadual. Não satisfeito com suas atitudes, outorga poder ao Procurador da República para questionar a legitimidade dos arts. 81 e 82 da Constituição mineira. Isso, Srs. Deputados, é uma aberração, é um desrespeito para com o povo mineiro, para com esta Casa e para com essas instituições, grandes sementeiras da educação do País, que são a UEMG e a UNIMONTES.

Está aberto o debate, e queremos ver se o denunciante do Governo Federal virá confirmar o que está dizendo nas constantes entrevistas transmitidas pelo rádio, pela televisão e por toda a imprensa escrita. Vamos trazer o Governo Federal para conhecer de perto o real funcionamento da UEMG e da UNIMONTES, instituições que jamais poderiam ser atacadas por ele, que está mostrando ter um total desrespeito e desconhecimento pelo nosso ensino.

Ainda na tarde de ontem, na Comissão de Transporte, discutimos, a requerimento do Deputado Dinis Pinheiro, mais uma irresponsabilidade do Governo Federal quanto ao repasse de recursos para transporte escolar, retendo, no ano passado, R\$632.000.000,00 e, neste ano, até ontem, cerca de R\$112.000.000,00, dificultando, assim, a vida dos municípios carentes, que não têm condições de transportar os próprios alunos para as escolas.

É esse Governo Federal que deveria se sensibilizar a respeito dos problemas do Brasil. No entanto, procura direcionar o alvo exclusivamente para Minas Gerais, somente para a pessoa honrada e digna do Governador Itamar Franco. Chegou ao absurdo de impetrar uma ação de inconstitucionalidade contra a UNIMONTES e a UEMG. Até quando vamos suportar tais pressões?

Recentemente, tivemos o apoio desta Casa à imperiosa necessidade de instalar uma comissão especial para discutir os assuntos da Rodovia 459, de responsabilidade do Governo Federal, que une Poços de Caldas a Itajubá, chamando a responsabilidade para esta Casa, sendo que a responsabilidade é do Governo Federal.

Na tarde de ontem, considerando ainda o total desrespeito do Governo Federal para com o transporte escolar, requeremos a ida das Comissões de Transporte e de Educação da Casa até Brasília, para discutirmos esse assunto. Não com o Ministro Paulo Renato, porque nada vai resolver. Vamos discutir, sim, na nossa própria Comissão de Educação, que tem cinco mineiros. Tenho certeza absoluta de que os Deputados Federais mineiros que compõem aquela Comissão irão nos receber e acompanhar a situação aflitiva de todos os Prefeitos que, até hoje, não receberam nenhuma verba do Governo Federal. Muito embora o Governo do Estado tenha feito, esteja fazendo, e vá fazer muito mais a sua parte. Já atendemos a 423 municípios, numa ordem progressiva de 59 municípios em 1999, 204 em 2000, com a perspectiva de atendermos a todos os municípios de Minas até 2002.

Essa é a conduta do Governo Federal, que está perturbando e trazendo a todos os alunos da UNIMONTES questões para destabilizar e comprometer o ensino de Minas Gerais. Quero, mais uma vez, ratificar e parabenizar o nosso Secretário e dizer-lhe que nós, da Comissão de Educação, estamos vigilantes na condução e na defesa dos destinos da UNIMONTES e da UEMG.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre companheiro Dalmo Ribeiro Silva, gostaria de referendar as suas palavras e dizer que V. Exa. foi muito feliz no seu pronunciamento, mesmo porque o Governo Federal, hoje, deveria estar preocupado, em se tratando desse setor que V. Exa. aqui colocou com muita propriedade, com a situação da UFMG, que tem um déficit de 6 mil professores. A UFMG está fechando vários dos seus cursos por falta de professores titulares e substitutos. O Governo Federal poderia estar cuidando bem desse setor, o que não está fazendo. Há poucos dias, os alunos da UFMG, juntamente com os professores, estavam fazendo uma manifestação para que os seus problemas fossem solucionados.

Por outro lado, quando V. Exa. cita a questão da rodovia, eu, como relator, e o Deputado Alberto Bejani, como Presidente, tivemos a felicidade de estar na Comissão Especial das Multas e vimos, com muita clareza, a safadeza, a forma conivente e pernicioso com que o DNER, órgão do Governo Federal, está assolando e assaltando o bolso do cidadão com essas multas. Vejo que V. Exa. coloca aqui a questão da Rodovia 459, como outras, em que o DNER vem roubando descaradamente esse dinheiro.

Apenas para encerrar esse aparte, gostaria também de colocar que as medidas que o Governo Federal vem tomando de cima para baixo estão afetando não só Minas como outros Estados. Agora deu, por decreto, o poder de polícia para as Forças Armadas. Se para a polícia que está aí com um "know-how" adquirido durante anos e anos já está difícil, imaginem para as Forças Armadas. Temos que tratar com seriedade não só a questão da segurança, das rodovias e dos transportes, como também a questão da educação, como V. Exa. colocou. É por isso que estou aqui parabenizando-o por seu pronunciamento tão lúcido. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Agradeço o ilustre Deputado Sargento Rodrigues, que vem ratificar o nosso pensamento. A nossa preocupação é uma só. A Assembléia Legislativa tem que se unir mais do que nunca, tem que cobrar do Governo Federal. Temos que exigir do Governo Federal o cumprimento da Carta Magna. Temos que exigir isso dos nossos Ministros, que fazem de conta que não existe o Estado de Minas Gerais, não somente na área de transportes, mas também nas de educação, saúde e habitação. Até quando suportaremos tal situação? Depois falam que o Governador Itamar Franco nada faz por Minas. Precisamos saber primeiro o que o Presidente Fernando Henrique tem feito para Minas. Respondo: Está cometendo ilícito penal, apropriação indébita do dinheiro do povo mineiro, um dinheiro sagrado pertencente à administração das escolas, da saúde, dos hospitais. Se for preciso vamos declarar guerra, porque não é possível mais essa situação trágica, catastrófica, desrespeitosa, humilhante por que Minas Gerais está passando. E para finalizar todo esse contexto, chega ao ponto de determinar uma fiscalização, um questionamento de constitucionalidade quanto à UEMG e à UNIMONTES. Pergunto: Qual destino tem dado para as verbas federais? O que fez para o Sul de Minas, a não ser quando tivemos aquela enchente terrível, quando permaneceu lá por 15 minutos? Nosso Governador, numa atitude corajosa, transferiu o Palácio da Liberdade por 5 dias, com toda sua equipe, como tem feito até hoje, dando assistência, dando condições de governabilidade. Mas nada se consegue com o Governo Federal.

Então, cabe a esta Assembléia iniciar uma cruzada cívica com todos os Deputados desta Casa, independentemente de facção política. Teremos no nosso coração a bandeira de Minas Gerais. Vamos, em caravana, permanecer no Planalto e nos Ministérios. Vamos sensibilizar quem for de direito, porque não é possível que o Governo de Minas Gerais fique tão esquecido e tão desrespeitado como tem acontecido nesses últimos dias e nesses últimos anos. Vamos propor, num só sentimento, num sentimento de mineiridade, num sentimento cívico, que a Assembléia Legislativa elabore um estudo para que possamos, todos os parlamentares, sem exceção, comparecer a Brasília para pressionar, para reivindicar e, acima de tudo, fazer com que o sentimento do povo mineiro não seja massacrado e desrespeitado em todos os setores, como tem sido. Essa cruzada cívica pertence à nossa consciência, que é a maior responsável pelos nossos filhos, pela nossa gente e pelo povo mineiro. Temos certeza de que, juntos, manteremos Minas Gerais mais forte e mais unida. Muito obrigado.

276ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 4/9/2001

A Deputada Maria Olívia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois assuntos me trazem a esta tribuna como Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio. O evento que ora se realiza na Expominas - a MultiMinas Brasil 2001 - é uma promoção dos Associados-MG, com realização da TECNOTUR. São 215 municípios mineiros de 20 circuitos mostrando e divulgando o seu potencial turístico, seu artesanato e a diversidade da nossa culinária, juntamente com outros Estados e outros países. Até o dia 6 de setembro a previsão é de que 60 mil pessoas visitem as atrações da Multiminas Brasil 2001. Agências de turismo, hotéis, municípios mineiros, todos demonstrando a importância do turismo. Encontramos o Salão das Nações com a participação de vários países apresentando "shows" típicos, levando o mineiro a viajar além dos mares.

Como Presidente da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, louvo a iniciativa dos Associados-MG e da TECNOTUR, desejando sucesso absoluto.

É importante ressaltar que a renda revertirá para a Jornada pelo Natal do Menor, promoção tradicional dos Associados-MG, que envolve milhares de beneficiados.

Para falar sobre o outro assunto, cito as muitas Minas de Guimarães Rosa, autor do romance "Grande Sertão Veredas", que numa única frase revelou grande sabedoria: "Minas é natureza, e a natureza foi generosa". Minas é um Estado ímpar na Federação. Seu vasto território abriga tal diversidade de regiões, relevos, climas, vegetações, economia, sotaques e costumes. Não seria exagero dizer que aqui se condensa uma verdadeira amostra de todas as regiões de nosso Brasil.

No Sul de Minas, na região que faz divisa com o Estado de São Paulo, algumas cidades encravadas em meio às montanhas foram se desenvolvendo e criando núcleos que atraem turistas especialmente no inverno, quando o frio e a paisagem montanhosa lembram os ares europeus. Uma pequena cidade que se tornou conhecida apenas nas décadas de 80 e 90, ainda tem cenários bastante preservados. Falo da linda e pequena Gonçalves. A natureza em Gonçalves nada deve aos famosos Alpes na Europa e muito menos à famosa Campos do Jordão. Durante o inverno e o verão, o céu é de um incrível azul. Na primavera, a paisagem floresce: hortências, copos-de-leite, sempre-vivas e quaresmeiras nos encantam. Percebem-se morangos e amoras silvestres em meio às pastagens. As estrelas são incontáveis, e, no silêncio, a presença do vento nas folhas dos pinheiros nos leva a sentir a presença do Pai Celeste. O dia começa com o canto do galo, e as seriemas encarregam-se de anunciar o entardecer. As águas que brotam das pedras correm cristalinas entre a vegetação, desaguando em belíssimas cachoeiras, que são, sem dúvida, a maior riqueza do município, onde a natureza foi caprichosamente concebida. São 3.580 habitantes privilegiados, que desfrutam tão grande beleza e riqueza natural. Mais de 70% da população ainda reside no campo e leva uma vida simples, tirando da terra a sua subsistência. As frutas e as verduras são cultivadas no próprio quintal. A tradição da suinocultura data do período imperial. O cultivo de batata, banana, cenoura, milho e frutas de clima temperado se espalha, subindo e descendo os morros, em meio às florestas de araucárias, o que garante a economia rural. Já o pão, vai-se encontrar na cidade, feito artesanalmente e assado nos antigos fornos à lenha.

Percorrendo o município, encontram-se fazendas centenárias preservadas, restauradas, dando grande exemplo de que mesmo um município pobre em arrecadação tem a preocupação de preservar a sua história. Artesãos desconhecidos são encontrados pelos caminhos que nos levam às pousadas. Usam da madeira local, esculpindo principalmente imagens de santos, demonstrando a força religiosa do povo mineiro. São Francisco, protetor dos animais, é o preferido. A pé, de jipe ou a cavalo, faz belos passeios. São muitas as trilhas possíveis em busca de um olhar do topo de um morro ou do alto de uma pedra. A prática do rapel, da canoagem e do "bóia-cross", com guias da região, são opções para aventureiros. Para os mais tranqüilos, não faltam os pesqueiros, onde são criadas as saborosas trutas das montanhas. Mas, para chegar à linda Gonçalves, terá que percorrer 13 km de estrada de terra. Apesar de bastante conservada pela Prefeitura Municipal, dificulta a chegada do turista. O governo do Estado precisa entender que turismo são divisas, que é a maior indústria do mundo. É necessário que se priorizem os asfaltamentos e se invista primeiro naqueles que dão retorno ao Estado.

Pergunto a todos que estão me ouvindo: já ouviram dizer que Minas tem um município mais rico que Campos do Jordão em belezas naturais? Gonçalves é nossa. Só lamenta que somente os paulistas estejam lá usufruindo de suas belezas. Quer a presença dos mineiros, que os mineiros a conheçam e façam como os paulistas: venham passar o seu fim de semana nos "alpes" mineiros.

Gostáramos de deixar registrado o grande trabalho do Prefeito Zezito, que tem feito exemplar administração, lutando para o crescimento turístico da sua bela Gonçalves.

Sr. Presidente, enquanto estiver na direção da Comissão de Indústria e Comércio, estarei andando por Minas e descobrindo o que é belo e o que é bom e que Minas Gerais não conhece. Muito obrigada.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, antes de iniciar a minha fala de hoje, quero registrar a nossa presença no CERESP,

na quarta-feira passada, quando assistimos, depois de uma rebelião, as condições daquela cadeia, que não é de segurança máxima, mas de insegurança máxima. Tivemos a oportunidade de ver como aquela cadeia foi construída com material de baixa qualidade. Tem apenas um ano de construção. Lá estavam, depois da rebelião, 240 presos, em apenas um lado do presídio, com apenas um banheiro e sem colchões ou cobertas.

Hoje ficamos sabendo que a grande maioria daqueles presos já foram transferidos, mas precisamos estudar a possibilidade de uma CPI para investigar a construção daquela cadeia. Fiquei estarecido com a qualidade daquela construção.

Mas o assunto que me traz a esta tribuna é que, na qualidade de médico e de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, queria ressaltar o seguinte: o Estatuto da Criança e do Adolescente, consequência natural da Constituição de 1988, chamada Constituição Cidadã pelos consideráveis avanços no campo da liberdade e dos direitos fundamentais e pela visão da pessoa humana como sujeito de direitos, está em vigor desde 14/10/90. O seu art. 1º prescreve: "Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente". Ora, o que significa proteção integral? Segundo Curi Garrido e Massura, a proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direito frente à família, à sociedade, ao Estado. Rompe com a idéia de que seja simples objeto de intervenção do mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes de condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento.

Essa definição está garantida no art. 3º do Estatuto. Também o art. 4º do Estatuto garante que "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais".

O art. 7º vai mais além quando estabelece que "A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência".

Infelizmente, após 11 anos de existência de tão importante instrumento legal estamos convivendo com graves problemas envolvendo a Criança e o Adolescente. Dados do UNICEF garantem que Minas Gerais ocupa o segundo lugar no "ranking" nacional de ocupação da mão-de-obra infantil. São 318.464 crianças de 5 a 14 anos trabalhando no Estado. Denúncia do jornal "Estado de Minas" mostrou crianças dessa faixa etária (5 a 14 anos) trabalhando em olarias no Município de Janaúba, amassando barro, empurrando carrinhos carregados, empilhando e carregando tijolos sob sol forte para ganhar R\$2,00 por dia! A maioria fora da escola. A mão-de-obra infantil também é explorada na coleta de material em lixões, nas lavouras de subsistência, em carvoarias ou em outros trabalhos, todos considerados penosos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI". Aqui, gostaria de abrir um parêntese para parabenizar o Deputado Dalmo Ribeiro Silva pelo pedido de instalação de CPI para averiguação do trabalho infantil.

Diante desse quadro, pergunto: é de mais leis que estamos precisando ou é da efetivação dessas leis, reconhecidamente avançadas no que diz respeito ao seu alto conteúdo humanístico? Em que o Legislativo pode contribuir para o avanço no campo dos direitos da criança e do adolescente? Qual o papel do Executivo, do Judiciário e da comunidade?

No caso do Poder Legislativo, do qual faço parte, destaco algumas responsabilidades, como controlar o Executivo para que o Estatuto da Criança e do Adolescente deixe de enfeitar nossas estantes e aconteça de fato. É fundamental o controle do Legislativo para que o Executivo garanta, desde o pré-natal, as condições para que uma criança possa nascer sadia, ou para que os riscos à sua saúde sejam minimizados.

Pergunto: como está funcionando o SUS; o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher é fato ou não saiu ainda do papel? Como falar em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente se nem a mãe, geradora da nova criança, tem as mínimas condições? E somos campeões nos índices de mortalidade materno-infantil, por falta de pré-natal adequado e de políticas públicas voltadas para a mãe, que tem trazido ao mundo seres em péssimas condições.

Outra responsabilidade do Legislativo consiste em controlar os fundos públicos, particularmente o Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente, a serem aplicados nos programas de atenção à criança e ao adolescente, facilitando e intermediando, quando preciso, o controle social, ou seja a participação dos conselhos e das organizações da sociedade civil, que atuam na área.

Aqui temos a questão do controle social, tão importante para apontar às instituições os seus erros e também para ser parceira das instituições em problemas tão graves quanto esse da criança e do adolescente.

O adulto de amanhã depende dessas condições mínimas de subsistência, de educação e de acompanhamento. É importante ainda:

acompanhar os gastos públicos, inclusive aqueles procedentes de emendas parlamentares, ou sejam aplicados ao estilo do velho vício do clientelismo (troca de favores com objetivos de controle do voto do eleitorado). Sabemos que esse não é um caminho para a solução desses graves problemas.

discutir e propor, em conjunto com o empresariado, outras formas de estimular as empresas a investir em programas sociais, comprometendo-as com os princípios da responsabilidade social, tendência nova e alvissareira no Brasil e de tão grande importância.

realizar debates públicos e seminários legislativos, para permanente revisão sobre os entraves nessa área e para tornar públicas as várias iniciativas de sucesso na promoção dos direitos da criança e do adolescente, estimulando a reaplicação e o avanço das experiências bem-sucedidas em várias partes deste Estado e deste País.

aprovar, no orçamento, recursos para a execução da política de direitos da criança e do adolescente, coordenada e deliberada pelo Conselho de Direitos. Normalmente, nos orçamentos, constata-se os poucos recursos para as políticas tão importantes quanto essas da criança e do adolescente em proteção à sua vida.

Fortalecimento de canais que garantam a participação popular no controle e na execução das políticas de "Direitos da Criança e do Adolescente", aspectos também que precisam ser enfatizados e que constam no documento do seminário que realizamos no final de dezembro de 2000, contando com a presença de 850 participantes. Esse seminário foi realizado por cerca de 30 entidades. Foi um trabalho de quase três meses de preparação e de um grande movimento de participação.

Ainda, não é demais lembrar o papel da comunidade e de todas as organizações não governamentais, bem como da mídia, na criação de uma cultura favorável a essa avançada idéia da criança como sujeito de direitos.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Quis esperar que V. Exa. quase finalizasse, para intervir em manifestação dessa natureza, realizada com essa densidade e preocupação, com relação a um dos problemas mais agudos da nossa sociedade, que é o trato da criança e do adolescente em todos os níveis. Caso avancemos na questão educacional, verificaremos que para aquelas que estão amparadas pelos processos educacionais, sejam públicos ou privados, ainda assim, não são cumpridos, na inteireza, os princípios constitucionais e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com essa lógica do acolhimento, da valorização e da prevalência do trato relativo aos seres humanos de modo geral.

Dou o testemunho da sua atuação permanente na Assembléia Legislativa, seja na Comissão de Direitos Humanos, seja na Comissão de Saúde, na defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana e na preocupação com a criança e com o adolescente.

Temos uma estrutura de Estado razoavelmente organizada, inclusive para receber e para aplicar os recursos destinados à infância e à adolescência. O Fundo Estadual da Criança e do Adolescente poderia estar abrigando volume significativo de recursos, o que infelizmente nunca aconteceu, para atender a essas questões graves de Minas. O Sudeste tem o maior índice de mortalidade e de desnutrição infantil. Em função da desnutrição, caso as crianças não morram, morrem os seus talentos.

Diante disso, da crise por que estamos passando nesta Assembléia Legislativa e do nosso compromisso de dar um salto de qualidade com relação à questão da economia, da razoabilidade e da austeridade na aplicação dos recursos públicos, a própria mídia tem divulgado que estaríamos próximos de uma economia da ordem de R\$40.000.000,00.

Aproveite este momento para sugerir a possibilidade de que esses recursos aqui economizados e todos os que forem economizados pela nova ordem da Assembléia Legislativa possam ser disponibilizados para que o Estado trate deles como prioridade absoluta para atender à criança e ao adolescente.

Não é possível escândalo maior do que todos os que têm sido citados aqui, e, às vezes, não há sensibilidade, mesmo da mídia, para explicitar essa situação dramática das crianças e dos adolescentes, do trabalho infantil, da desnutrição infantil, da mortalidade infantil. Que a Assembléia Legislativa possa acolher como determinação sua também a recomendação ao Governo do Estado. E trabalharemos para aplicar os recursos no combate ao trabalho infantil, à desnutrição infantil, à mortalidade infantil, no resgate da dignidade humana das crianças e dos adolescentes de Minas Gerais.

O Deputado Edson Rezende* - Deputado Adelmo Carneiro Leão, é muito boa a sua intervenção quanto aos recursos para o FIA - Fundo para a Infância e Adolescência. Apresentamos aqui a nossa proposta para criação da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o item 47 do documento final do seminário que fizemos aqui, dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado também em Lambari, no final da semana passada, numa oficina pró-criança e adolescente. Estavam reunidos lá 32 conselheiros de 32 municípios, que nos pediram que criássemos aqui essa frente parlamentar. Estarei com uma lista, solicitando aos Deputados que a assinem, a fim de que possamos constituir, a partir de então, a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia, para discorrer sobre o assunto que me trouxe a esta tribuna é necessário que leia uma ocorrência policial, para que todos tomem conhecimento do que está acontecendo na cidade de São Geraldo, Zona da Mata, próxima à cidade de Viçosa. É uma ocorrência de desacato e agressão, do dia 1º de setembro. O histórico dessa ocorrência chegou ao meu gabinete, e não quis acreditar que isso de fato tivesse acontecido naquela cidade. Fiquei boquiaberto, mas, infelizmente, é fato consumado. O boletim de ocorrência dirigido ao Delegado de Polícia diz: "Sr. Delegado de Polícia Judiciária de São Geraldo, por volta de 1h50min de hoje, quando encontrávamos de PB na Praça Raul Soares, abordamos o veículo VW Santana, cor prata, placa GVV-1240, que estava sendo conduzido pelo autor José Mário em alta velocidade, o qual efetuava manobras conhecidas como cavalo-de-pau. Durante a abordagem, o autor fez uma ligação telefônica, através de um celular, para o seu genitor e usou a seguinte expressão: 'Pai, tem um policinha me multando aqui na Praça'. Momentos depois da ligação, compareceu ao local, conduzindo o veículo VW Santana Quantum, cor branca, do Gabinete do Prefeito, o genitor do autor 01, Prefeito desta cidade. O autor Benjamim Braga Lisboa estava muito agitado e nervoso e colidiu o veículo Santana com a traseira da viatura PMMG 3609, causando-lhe amassamento na tampa traseira..." - ou seja, com o veículo oficial da Prefeitura ele bateu na viatura da Polícia Militar, no local da ocorrência. "... e quebrando a lanterna do lado esquerdo. Após descer do veículo, agrediu fisicamente este relator, com tapa no rosto. Diante do exposto, dei voz de prisão em flagrante delito aos autores 01 e 02, o filho do Prefeito e o Prefeito, por desacato e por agressão física. Porém alguns populares entrevistaram, dificultando a condução de ambos, sendo que o autor Edson do Nascimento tentou tomar o revólver deste relator. Durante a confusão, o Soldado Nascimento também foi agredido fisicamente, conforme consta na declaração médica. Esclareço a Vossa Senhoria que os autores, aproveitando-se da grande aglomeração de pessoas que se formou em nosso redor, evadiram-se, tomando rumo ignorado. O Perito Fernando, da DPJ de Ubá, realizou a pericia na viatura PMMG 3609. Vale ressaltar que o fardamento deste relator foi danificado na calça, à altura do joelho esquerdo. O relógio de pulso, marca Citizen, e o botão da camisa do Soldado Nascimento foram arrancados. O fato foi presenciado pelas testemunhas citadas no respectivo BO. Seguem em anexo as multas codificadas, conforme aqui lavradas, AIT 0179-98, código 527.4, e declarações médicas. Passamos esse BO às vossas mãos, para as providências decorrentes. Militares empenhados: Cabo Soares e Soldado Nascimento". O Cabo Marco Aurélio Soares da Silva era o comandante da viatura local.

Assim que recebi o telefonema no gabinete, tentei não acreditar no que estava acontecendo, ou seja, que o chefe do Poder Executivo Municipal da Cidade de São Geraldo, na zona da Mata, tivesse a coragem de se deslocar de sua casa, às 2 horas da manhã, para atender seu filho, que estava colocando em risco a vida de outros cidadãos. É necessário alertar o povo de Minas Gerais para o fato de que, se aquele jovem que fazia um pega, dando um cavalo-de-pau em seu veículo, atropelasse uma pessoa, a PM teria sido omissa. Mas, cumprindo o chamamento da população, que reclamava haver um cidadão transitando em alta velocidade e fazendo gracejos, a polícia agiu de acordo com o estrito cumprimento do dever legal, no exercício regular do direito, cumprindo fielmente sua missão, evitando que danos maiores fossem causados a transeuntes ou até mesmo ao patrimônio público.

Mas acredito que o Prefeito deveria ter se deslocado até a cidade, chamado a atenção de seu filho, dado-lhe um puxão de orelha e o levado à sua residência, deixando que os policiais fizessem a ocorrência normalmente. Mas parece que nem o Prefeito nem seu filho estão dispostos a cumprir a lei. Ai pergunto: Como um homem desses tem condições psíquicas ou equilíbrio para governar o Município de São Geraldo? Isso vai de encontro àquilo que qualquer cidadão com equilíbrio faria. Sabemos que a democracia tem avançado cada vez mais. Não posso permitir que o Prefeito Benjamim Braga Lisboa ache que a cidade é sua. Não pode continuar achando que a cidade de São Geraldo é dele e que seu filho faz o que quiser. Tomamos conhecimento de que o Prefeito já se deslocou para Belo Horizonte, para se contactar com outras lideranças políticas, tentando abafar a situação, mas isso não vai ocorrer.

Estaremos, amanhã, na Comissão de Direitos Humanos desta Casa, apresentando requerimento solicitando a convocação do Sr. Prefeito e de seu filho, para prestarem esclarecimentos. Convocaremos também os dois policiais envolvidos na ocorrência, que, até que seja dito o contrário, figuram como vítimas. E o que é pior: vítimas no cumprimento do dever, prestando serviços à comunidade, às 2 horas da manhã, evitando que um cidadão provocasse um acidente mais grave, colocando em risco a vida de outras pessoas.

Sabemos que os Prefeitos das cidades menores do interior do Estado têm uma resistência muito grande às "blitze" policiais, que realizam prisões de pessoas inabilitadas, porque certamente estas foram seus cabos eleitorais ou seus eleitores. Mas é bom que aquele Prefeito saiba que nem o seu filho nem o filho do Vereador, do Deputado, do Governador, do Senador ou do Presidente da República estão acima da lei. Aquele Prefeito deveria estar dando o exemplo, deixando a polícia atuar. Depois, em sua casa, como pai e educador, chamaria a atenção do seu filho. Jamais poderia desferir um tapa no rosto do Cabo Soares, atitude covarde, incoerente e incoerente para um administrador público. Será que podemos chamá-lo de administrador público? Ou será que naquele momento perdeu o sentido? Não nos é dado, como pais - e falo como pais -, o direito de perder a razão porque um dos nossos filhos cometeu uma infração de trânsito. Temos de dar o exemplo. Os filhos de homens públicos têm de dar exemplo, assim como os seus pais.

Vejam a situação: o Cabo Soares tomou um tapa no rosto. Isso poderia ter tido consequências mais graves. Se isso tivesse ocorrido antigamente - em função dos costumes da sociedade, que valorizavam a honra e a moral de um homem -, esse gesto poderia ter custado caro para o Prefeito, porque homem nenhum aceitaria um desaforo, uma ofensa, uma agressão dessa natureza, muito menos um policial fardado, no exercício da sua função e, acima de tudo, agindo dentro da lei.

Irei até ao Município de São Geraldo e farei uma reunião com o destacamento local. Fico imaginando qual será a reação da família diante dos comentários de toda a cidade sobre o tapa que o Prefeito deu no rosto daquele policial. Como ficará a sua situação perante a sociedade, perante os seus amigos e familiares? Não podemos aceitar que fatos como esse continuem ocorrendo. Por isso, apresentarei um requerimento na Comissão de Direitos Humanos, convocando o Prefeito e seu filho. Acompanharei todos os passos, a fim de saber qual será a liderança política que terá a coragem de tentar colocar panos quentes nesse episódio. Não o deixarei passar em brancas nuvens. Espero que o Prefeito explique à Comissão de Direitos Humanos qual foi o motivo que o impeliu a agir daquela forma.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, autoridades existem para ser respeitadas e uma deve respeitar a outra. Enquanto Presidente da Comissão de Direitos Humanos, entendo que devemos estar abertos e fazer um bom debate sobre essa questão.

Sabemos que existe abuso de autoridade em vários episódios ocorridos no País. Esses abusos só trazem desavenças e voltam-se contra a própria autoridade como um todo, ou seja, contra toda autoridade. No caso relatado por V. Exa., em que a Polícia Militar estava protegendo a sociedade, uma outra autoridade não poderia impedir o pleno exercício da autoridade militar, que precisava agir daquela forma. E é isso que a comunidade quer que se faça. O policial, naquele momento, cumpriu não somente a ordem instituída, mas também a ordem democrática da própria sociedade, que quer ficar protegida contra esse tipo de motorista, que tantas vidas ceifa no País.

Neste momento - e apontando para o novo milênio -, vivemos a epidemia do trauma, e a principal causa são os acidentes automobilísticos e os de trabalho, estando os automobilísticos muito à frente dos de trabalho. Nesse sentido, a própria saúde pública pode evitar os acidentes, as mortes e todos os problemas de saúde advindos de um atropelamento, que pode deixar pessoas na cama, com lesões cerebrais, lesões traumáticas no corpo, ortopédicas, etc.

Enfim, é no cumprimento do dever daquele guarda na esquina que temos de garantir a sua autoridade. A nossa Comissão de Direitos Humanos está aberta a esses assuntos.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço-lhe o aparte, Deputado Edson Rezende.

Chegou a nosso conhecimento - e é óbvio que temos de apurar - a informação de que o Prefeito está intimidando as testemunhas arroladas na ocorrência policial, chamando-as a seu

gabinete e tentando persuadi-las a não fazer relato em favor da ocorrência policial, da isenção, da seriedade e da coerência.

Estarei, Sr. Presidente, fazendo contato com o Dr. Márcio Domingues, Secretário da Segurança Pública, para que possa acompanhar de perto o andamento desse processo. Vou cobrar do Delegado de Polícia o devido inquérito policial por desacato, por desobediência e por agressão física. O Prefeito deveria estar preso por causa do tumulto.

Além disso, estarei enviando ofício ao Procurador-Geral de Justiça deste Estado, Dr. Nedens Ulisses, para que solicite ao Ministério Público local que acompanhe o fato de perto, porque também estaremos acompanhando de perto, enviando, aliás, um advogado.

Não podemos permitir que isso venha a ocorrer no interior. O Prefeito tem de entender que a "política do café com leite", a política do coronelismo, já acabou e que ele não é dono da cidade, não é dono do Código de Trânsito e muito menos detém toda a autoridade, como era comum anteriormente.

É bom que saibam que estarei acompanhando o caso pelos meios legais, por intermédio do Ministério Público e da Polícia Civil, com inquérito do Delegado, e convocarei o Prefeito a comparecer à Comissão de Direitos Humanos para explicar, não a este Deputado, mas à população de São Geraldo, por que desferiu um tapa no rosto do Cabo Soares. É para isso que queremos explicação. É uma vergonha a sua atitude impensada e incoerente. Não há nada que a justifique. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, TV Assembléia, educadores que aqui se encontram, meus senhores e minhas senhoras, volto novamente a esta tribuna para registrar um assunto da mais alta importância e da mais alta gravidade no Estado. Quero invocar, neste momento, a realização da audiência pública realizada hoje pela Comissão do Trabalho, da Ação e da Previdência Social, onde discutimos assuntos dos mais variados. Mas, particularmente, atendendo a um pedido da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minas Gerais, discutimos, em uma reflexão muito profunda, a terrível situação que os trabalhadores estão passando, um verdadeiro constrangimento quanto à ACESITA energética.

Aliás, quero parabenizar o "Estado de Minas" pela reportagem minuciosa de hoje, às fols. 18, sobre a situação dos carvoeiros implantados e sediados no Norte e no Jequitinhonha. Isso ratificou nossa preocupação. Hoje, fizemos uma reflexão, com a presença do Presidente da Federação dos Presidentes dos Sindicatos, dos representantes da Promotoria do Trabalho e do Delegado Regional do Trabalho. E podemos, ainda, ouvir inúmeros questionamentos e depoimentos, por meio de vídeos que foram mostrados, na manhã de hoje, à nossa Comissão, relatando-se uma verdadeira situação de calamidade pública, um verdadeiro estado de miséria por que passam os trabalhadores das carvoarias.

É necessário, Sr. Presidente, antes de qualquer coisa, uma reflexão muito profunda desta Casa, que se tem prestado, e muito, como timoneira, como estrela guia dos grandes acontecimentos, para que, num sentimento de resgate da cidadania, o Legislativo acompanhe essa situação, de perto, por meio de suas gestões e audiências públicas, buscando uma solução mais adequada, harmônica e feliz. Confesso a V. Exas., Sr. Presidente e Srs. Deputados que aqui se encontram, que somente quem estava presente na manhã de hoje pôde sentir o drama que os carvoeiros estão vivendo em vários locais, praticamente em regime de escravidão, com vários depoimentos prestados, trazendo a esta Casa uma reflexão e, acima de tudo, uma cobrança imediata.

Ouvimos os depoimentos de ex-funcionários que, por longos anos, prestaram seu trabalho para a Acesita Energética, que hoje nem sequer retribui a dignidade humana daqueles que lutam e labutam em busca de sua sobrevivência. Depois de vários depoimentos, tomamos conhecimento, ainda, da morte de um trabalhador sem que, até a presente data, tenha sido apurada a "causa mortis". Isso ocorreu no dia 18 de agosto. Já solicitamos ao Sr. Delegado de Polícia de Itamarandiba e ao Cartório de Registro Civil a expedição de certidão de óbito, para apurarmos a "causa mortis", porque não podemos, em nenhum momento, compartilhar de uma situação dessas, inclusive, com a morte de pessoas que, por longos anos, prestaram serviços à empresa. Aliás, ouvimos atentamente a manifestação do Sr. Elcio Vilela Nogueira, Procurador-Geral da 3ª Região do Ministério do Trabalho, sobre sua preocupação, uma vez que, por inúmeras vezes, a ACESITA foi notificada e interpelada, mas, até a presente data, nenhuma resposta foi dada a seus trabalhadores e nem se manifestou o desejo de se fazer qualquer composição.

O "Estado de Minas" de hoje mostra um texto importantíssimo, em que se afirma que a própria ACESITA, para uma discussão ampla e geral, buscando o adequamento jurídico e legal, Sr. Presidente, furtou-se de qualquer questionamento, buscando, assim, uma norma de conduta junto ao Ministério Público. Mesmo sem a presença do ilustre representante, apresentamos, e já está protocolizado nesta Casa, com a assinatura dos nossos nobres pares, um pedido de abertura de CPI, para apurar, em 120 dias, as condições dos profissionais que atuam na indústria extrativa do nosso Estado.

Justificamos o nosso pedido em vista das graves denúncias que foram encaminhadas a esta Casa pela Federação dos Trabalhadores da Indústria Extrativa em Minas Gerais, que dão conta da existência de sérias lesões a direitos dos trabalhadores que atuam nesse importante ramo da economia mineira.

A imprensa trouxe, nos últimos dias e no dia de hoje, o registro da situação verificada nos Municípios de Capelinha, de Itamarandiba e Minas Novas vinculados à Acesita Energética. Inclusive com o registro de um óbito até agora inexplicado pelas autoridades constituídas.

Acreditamos que a instauração de uma CPI, com os poderes que lhe são conferidos, será instrumento eficaz para coibir esses terríveis abusos que são cometidos pelo capital contra os nossos humildes cidadãos trabalhadores que se submetem a condições aviltantes. E particularmente dizendo, pelo que ouvimos hoje, em verdadeiro regime de escravidão.

Já apresentamos esse requerimento. Temos certeza, pela sensibilidade do nosso Presidente e particularmente da Mesa Diretora, de que em breve teremos esse requerimento aprovado. Assim, daremos continuidade a esse trabalho de grande responsabilidade, que é dever nosso, do parlamento mineiro e das nossas comissões. O Deputado João Leite, que, no ano passado, tão bem presidiu a Comissão de Direitos Humanos e acompanhou incansavelmente esse trabalho, sabe muito bem a gravidade desse problema. Aqui rendo as minhas homenagens ao Deputado João Leite, honrado e digno, pelo trabalho ao longo da sua vida pública. Sem dúvida, para a Assembléia Legislativa, é um exemplo de trabalho. E pode sentir, ao presidir idêntica Comissão como esta, que novamente esta Assembléia não se pode curvar diante de situação tão aviltante e constrangedora para os nossos filhos e para nossas famílias.

Faremos averiguações "in loco", convocaremos o Ministério Público, famílias e todas as pessoas que passam por esse constrangimento, por esse desrespeito para com a dignidade humana. Somente a CPI tem capacidade e legitimidade para adequar o instrumento necessário para a formatação e a melhoria de vida de cada um. É uma reflexão muito rápida, mas não poderíamos, de maneira alguma, curvar-nos diante de situação tão difícil e lamentável como essa.

Sr. Presidente, outro assunto que me causou espécie foi o anúncio feito pela CEF de suspensão das operações de financiamento habitacional voltadas para a classe média brasileira. É lamentável. Mais uma vez, o Governo Federal resolve, sem mais nem menos, suspender qualquer tipo de negociação, fechando todas as portas para aqueles que sempre desejaram e no futuro desejarão ter sua casa própria. Hoje, tomamos conhecimentos pelos jornais de que, a partir desta data, em nenhum momento, a CEF fornecerá ou terá condicionamento de prestação habitacional e particularmente de contratos na aquisição de casa própria.

Lamentavelmente, não podemos comungar a mesma expressão. Acho que o povo brasileiro e particularmente os mineiros merecem respeito e saber as razões específicas do porquê dessa decisão, uma vez que o FGTS, pelas notícias dos jornais desta semana, já se encontra liberado. Quantas pessoas sonham em adquirir casas... Hoje, com a notícia da CEF, nenhum projeto poderá ser apresentado, por determinação do Governo Federal.

É necessário que a Assembléia Legislativa se aprofunde nessa situação, nessa indagação. Estamos apresentando requerimento nesta Casa para interpelar a CEF no sentido de que apresente suas razões, o porquê dessa decisão rápida e rasteira de não permitir, a partir desta data, contrato habitacional para as pessoas da classe média. O que se faz, mais uma vez, é um desrespeito para com o povo mineiro, com a classe que sempre procurou ter sua casa própria. Precisamos agir, questionar, temos o direito de saber o porquê e de onde partiram essas decisões. Temos certeza absoluta, através dos inúmeros levantamentos que estamos terminando nesta tarde, de que temos mais de 35 mil pedidos de financiamento para Belo Horizonte, para o Sul de Minas e para todos aqueles que aguardam a liberação de recursos.

É estranho que essa instituição justifique a sua medida com o argumento de que não tem mais condições de sustentar o desequilíbrio que mencionada operação provoca, pois, segundo a CEF é feita a captação de recursos no mercado com base na taxa Selic, que hoje gira em torno de 19% ao ano, enquanto a taxa cobrada dos mutuários é muito inferior.

É, contudo, um argumento intrigante e que não se sustenta na lógica, pois, em primeiro lugar, a CEF, em toda a sua existência, teve o seu papel direcionado para atuar como agente do Governo Federal na implementação da política habitacional.

É de se concluir que esse mesmo Governo deveria criar mecanismos capazes de fomentar a política habitacional com recursos suficientes para atender a demanda e reduzir o elevado déficit existente no Brasil no que diz respeito à casa própria.

Por outro lado, sabemos que o mercado pratica essa elevada taxa de juros, que a própria CEF afirma não suportar, obedecendo ao que é ditado pelo próprio Governo Federal. Ou não é o Conselho de Política Monetária que fixa os percentuais da principal taxa de juros no Brasil e que vem asfixiando toda a nossa economia?

Como se vê, a ação perniciososa e irresponsável do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso está provocando, mais uma vez, prejuízos irreparáveis à nossa população, que não suporta mais achatamento salarial, elevada carga de tributos, congelamento da tabela de correção do Imposto de Renda, entre outras medidas que nos são impostas e que prejudicam, mais diretamente, a sofrida classe média brasileira.

Diante dessa situação, é necessária uma reflexão profunda nesta Casa.

Finalmente, quero cumprimentar o Dr. Otto Teixeira Filho, chefe do DETRAN-MG, que vem desenvolvendo brilhante trabalho à frente do órgão, buscando dinamizá-lo, dando maior transparência às suas ações e promovendo ampla reformulação nos serviços oferecidos à população, numa clara demonstração de seu respeito para com a coisa pública, zelando pelo planejamento, coordenação, supervisão e execução das atividades de trânsito.

Quero endereçar ao Dr. Otto e a toda a sua equipe nossas congratulações, extensivas a todos os servidores do DETRAN, que se associam a esse esforço de fazer do nosso Departamento de Trânsito um órgão moderno e ágil, para o bem de todos os mineiros, hoje considerado um dos melhores órgãos de trânsito do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente e Srs. Deputados, no próximo domingo haverá um acontecimento da maior importância no cenário político nacional. Trata-se da convenção nacional do PMDB, o maior partido brasileiro, para a definição do seu novo comando nacional. Não apenas os peemedebistas estão mobilizados e preocupados com essa convenção, mas também toda a classe política do Brasil. Todos estão acompanhando esse trabalho com vivo interesse, porque percebemos claramente que o PMDB, pela sua importância política, tornou-se um divisor de águas. As decisões desse partido, em nível nacional, mudam para lá e para cá os destinos do nosso País. O PMDB, colocando-se nessa posição de decisão, obviamente chama a atenção de toda a classe política brasileira. É o partido das tradições políticas, de Ulisses Guimarães, Tancredo Neves e Teotônio Vilela. É agente das transformações mais caras dos últimos 20 anos, na política do País.

O PMDB está caminhando para uma convenção nacional, demonstrando claríssima e perigosa divisão, que poderá direcionar a política nacional para rumos que não desejamos. De um lado, há a candidatura do ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, candidato que possui qualidades, mas que parece estar a serviço de um grupo governista do PMDB, visando preservar o espaço que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem em nosso partido, que representa interferência absolutamente indébita e imoral. Um Presidente da República, que pertence a outro partido, o PSDB, interfere e tem poder de mando em outro partido, que não é um qualquer, mas o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. O ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, candidata-se como Presidente do PMDB, para colocar o nosso partido debaixo da tutela do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, não tendo mais compromisso com o povo brasileiro e não estando mais vestindo a camisa dos interesses nacionais, porque está efetivamente a serviço do capital estrangeiro e obviamente debaixo dos interesses do Banco Mundial e do FMI, busca, em nosso partido, uma guarida. Lamentavelmente, há peemedebistas de grande capacidade sob liderança do Deputado Michel Temer. Com ele, o Governo colocará o PMDB não com a sua candidatura própria, mas debaixo dos interesses escusos do Presidente da República.

De outro lado, há uma candidatura que, para nós, é absolutamente cara e representa o ícone da política brasileira. Refiro-me à candidatura do Senador Pedro Simon.

O Senador Pedro Simon é hoje uma das figuras mais queridas, mais respeitadas da política brasileira, mas, ao que parece, não representa um segmento forte dentro do PMDB. Ideologicamente seria da melhor qualidade, um grande candidato, mas não tem peso na disputa que atualmente se realiza. E a outra candidatura, esta sim, com muito peso, visa dar respaldo à tese da candidatura própria dentro do nosso partido: é a disputa do Senador Maguito Vilela, com apoio do Governador Itamar Franco, do Vice-Governador Newton Cardoso, do Presidente Estadual do nosso partido, Deputado Saraiva Felipe, que também é Secretário-Geral do PMDB, e de um grande segmento do partido, que prega rompimento imediato com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e a adoção de um caminho próprio, autônomo, de respeito aos interesses do povo brasileiro, contra a mamata dos cargos e das verbas federais, a favor de uma candidatura própria, que o partido possa desfaldar como uma bandeira a ser seguida pela classe política brasileira, pelo povo consciente, grande maioria no País.

Estamos apoiando a candidatura Maguito Vilela e queremos conclamar os peemedebistas mineiros para que estejamos domingo em Brasília. Com muito orgulho, sou Delegado à Convenção Nacional, e lá estaremos com o nosso voto a favor de que o PMDB se fortaleça, de que tenha seu caminho, sua autonomia e sua autenticidade.

É essa a mensagem que trazemos aos peemedebistas, para que façamos uma torcida, um trabalho sério, a fim de que tenhamos a vitória da independência do PMDB contra os grilhões do Governo tucano, que está acabando com o Brasil, que está vendendo o Brasil, entregando-o a potências estrangeiras. Pelo nacionalismo, pelo respeito que queremos de nosso partido, estaremos apoiando - e grande parte do nosso partido também - o Senador Maguito Vilela, liderando uma chapa de oposição dentro do PMDB em relação ao Governo Federal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro assunto que me traz a esta tribuna, na condição de Líder da Maioria nesta Casa, interessa a todos. A nossa preocupação é muita, neste momento, em relação aos funcionários estaduais do setor de saúde do Estado. Temos conversado com segmentos representativos da categoria e verificado que há profunda insatisfação dos servidores da área da saúde, dos funcionários da Secretaria da Saúde, das fundações que estão sob a chefia da Secretaria da Saúde, da HEMOMINAS, da Fundação Ezequiel Dias e outras, em relação, principalmente, à questão salarial. Mas não é só ao salário que me refiro. Foi elaborado um plano de cargos e salários para a Secretaria de Estado da Saúde, um trabalho feito a quatro mãos, sob a liderança do Secretário Carlos Patrício. Esse plano está pronto, foi encaminhado à Secretaria de Estado de Administração, a que incumbe estudar e revisar planos de cargos e salários, e até o momento o Governo do Estado não o enviou a esta Casa, para apreciação. Com isso, estamos tendo em Minas Gerais grande dificuldade de interpretação, de entendimento. Algumas secretarias de Estado já têm uma linha salarial, já têm o seu plano de cargos e salários há muito tempo em vigor, já têm remunerações mais ou menos à altura, como, por exemplo, o pessoal da educação. Hoje, uma serviçal de escola do interior do Estado ganha mais de R\$400,00. Não é um grande salário, mas já é razoável, para os serviços humildes de uma serviçal.

Uma diretora de escola não tem um salário como gostaríamos, mas já ganha R\$1.600,00, R\$1.800,00 por mês. Enquanto isso, um médico da Secretaria de Saúde, que trabalha pelo menos 4 horas por dia, recebe um salário de R\$600,00, R\$700,00. Ora, como interpretar e entender que, no mesmo Estado, com o mesmo padrão, haja salários tão dispares? Não posso nem mesmo compará-los com os de certas autarquias do Estado, como a CEMIG, como a COPASA, cujos salários estão dentro da realidade. Não são tão altos assim, mas são dignos. No entanto, os médicos, os auxiliares de enfermagem ganham muito mal. Não sei por que a saúde acabou sendo relegada a planos tão inferiores no mesmo Governo. O Governo é o padrão, tanto da educação quanto da administração e da saúde. Não entendo tanta disparidade. Grande parte dos médicos estão municipalizados, prestam serviços às Prefeituras com salários indignos. Funcionários dos centros regionais de saúde sediados em Montes Claros, em Pedra Azul, regiões que tenho a honra de representar nesta Casa, ganham mal. Sei que os salários do pessoal administrativo da Secretaria da Saúde são também risíveis, são ridículos, estão muito abaixo da média paga pelo próprio Estado a funcionários de outras secretarias. O plano de cargos e salários feito pela Secretaria da Saúde está na Secretaria de Administração há alguns meses. Não foi enviado a esta Casa, demonstrando que não há o mínimo de respeito por esses profissionais. Era isso que esperávamos para o pessoal da saúde do Estado de Minas, e hoje a insatisfação deles é grande. Estamos ouvindo falar em uma greve que poderia irromper a qualquer momento, pois os funcionários continuam ganhando muito mal, não vêem a perspectiva de melhora, de um plano de cargos e salários que lhes dê uma progressão horizontal de acordo com o tempo de serviço no Estado.

Não consigo compreender por que funcionários que tiveram o azar de servir à Secretaria de Estado da Saúde tenham de ser relegados a planos tão inferiores, enquanto os de outras secretarias, mesmo não tendo grandes salários, conseguem sobreviver com dignidade salarial, com um plano de cargos e salários a lhes garantir a aposentadoria. Hoje vemos que o Gen. Carlos Patrício, Secretário da Saúde, tem tido uma dedicação, uma boa-vontade, mas temos de ser sinceros: boa-vontade só não basta quando se trata de assunto salarial. É preciso ter verba, ter vontade política para remeter a esta Casa um plano de cargos e salários, garantindo um salário à altura dos profissionais da saúde, dos que cuidam da saúde da população mineira, dos que se dedicam nos postos de saúde, dos que atendem nos hospitais públicos estaduais, dos que prestam serviços na área da saúde do Estado. Esses não podem ficar esquecidos nessa questão salarial.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Agradeço a gentileza de V. Exa, ao me conceder este aparte. Na condição de Presidente da Comissão de Saúde, gostaria de dizer que estamos envidando todos os esforços para que, nesta quinta-feira, possamos fazer um debate público. Estamos fazendo o possível para que estejam presentes nesta Casa o Secretário da Saúde, o Secretário Adjunto, os representantes do Sindicato dos Médicos, da Associação Médica, do Conselho Regional de Medicina e da Associação dos Trabalhadores da Saúde do Estado - ASTEMG.

Deputado Luiz Tadeu Leite, acompanhamos com muita atenção o seu pronunciamento. Não devo imiscuir-me na sua primeira parte, que trata de problemas internos do seu partido, o PMDB, mas dou-lhe as razões devidas.

No que diz respeito à área da saúde - e também sou servidor da saúde do nosso Estado -, é indigno que um médico no início de carreira tenha um salário de R\$400,00 ou R\$500,00. É uma indignidade que leva a saúde ao caos, a essa greve dos servidores municipais de Belo Horizonte, que reivindicam melhores salários, embora os seus patamares sejam superiores aos do Estado. Alguns setores da FHEMIG já entraram em greve hoje. A situação é caótica na Capital: além da greve no serviço municipal de saúde, temos agora greves em alguns setores do Estado. Precisamos nos mobilizar. A Comissão de Saúde fará um esforço nas próximas 24 horas, a fim de que possamos participar das negociações, trazendo aqui autoridades do Estado e representantes dos funcionários.

Deputado Luiz Tadeu Leite, dou-lhe inteira razão. Como pode o nosso País - cujos recursos estão sendo sangrados para o pagamento da dívida externa, para a rapinagem internacional - ter dinheiro para investir na área social - na educação, na saúde, na segurança pública e na habitação? Isso é uma questão de modelo econômico. Enquanto os salários dos Deputados estão sendo criticados - e não quero fazer qualquer tipo de defesa -, deveria estar sendo feita mobilização nacional, com a participação daqueles que estão interessados na construção do País, a fim de procurarmos uma solução para a nossa dívida, que é injusta, que faz sangrar as nossas economias, contribuindo para os baixos salários dos servidores tão dignos dos Estados brasileiros. Temos de discutir esse modelo econômico que privilegia alguns setores - banqueiros e demais -, enquanto outros setores vivem nessa indignidade relatada por V. Exa. Essa é a nossa posição no que diz respeito à sua fala.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Obrigado, Deputado Marco Régis. Como Presidente da Comissão de Saúde, é muito importante que V. Exa. leve para ser debatida a questão salarial referente ao pessoal da saúde. A situação ainda é mais grave, porque disse que os salários dos médicos iniciantes eram de R\$600,00 ou R\$700,00, mas V. Exa. nos informa que estão na faixa de R\$400,00 ou R\$500,00. Não é possível que a situação seja relegada a tal ponto.

Temos a certeza de que o Governador Itamar Franco tem compromisso para com o funcionalismo em geral e também para com o pessoal da saúde. Resolveu o problema salarial da Polícia Militar, manteve os salários dos servidores da área da educação. Enfim, melhorou o salário do funcionalismo. Mas, na saúde, o aumento nada significou, porque os servidores ganhavam muito pouco, ficando abaixo de outras categorias, pois o aumento foi linear para todo o funcionalismo. Aqueles que ganhavam bem tiveram aumentos maiores, mas os que ganhavam mal tiveram aumentos menores. Essa correção precisa ser feita por meio de um plano de cargos e salários. Não tem lógica que um Auxiliar Administrativo da Secretaria da Saúde ganhe R\$200,00 ou R\$250,00, e um auxiliar administrativo de outra Secretaria ganhe R\$800,00 ou R\$900,00. Não queremos rebaixar o salário de alguém que ganhe mal. Queremos melhorar os salários, equiparar os salários daqueles que ganham mal com relação aos que ganham um pouco melhor.

Pedimos a V. Exa. para levar à Comissão de Saúde esse assunto.

Nós, que somos da base do Governo, somos muito procurados para interferir. Mas a maneira que o Deputado tem de fazê-lo é usando a tribuna livre desta Casa, como o fazemos neste momento.

Aproveitando o tempo que me resta, gostaria de concordar com V. Exa. também quanto à sangria do capital brasileiro para o mercado internacional. O equivocado processo de privatização, Sr. Deputado, que aconteceu no Brasil nos últimos anos, representou um crime contra o nosso País.

Na semana que passou, nesta Casa, presidi a Mesa no debate sobre o fórum mundial. Esteve presente o Presidente do MST, Sr. João Pedro Stédile, que fez referência a uma informação prestada pelo economista Celso Furtado, homem dos mais competentes e sérios do Brasil, mas injustiçado. Celso Furtado passou a informação importante que trago agora: nos 250 anos da colonização do Brasil por Portugal, todo o ouro que foi, na época, encaminhado de Minas Gerais para lá significou cerca de US\$1.400.000.000,00. Ou seja, durante 250 anos de colonização, pela quantidade de ouro que saiu, chegou-se à soma de US\$1.400.000.000,00.

Pois bem, hoje, em consequência das privatizações que sofreu nos últimos anos, o Brasil manda US\$50.000.000.000,00 todo ano para o exterior, para as empresas norte-americanas e européias que compraram Bancos a preço de banana, que compraram o capital brasileiro a preço de banana.

A própria EMBRATEL, com a Ana Paula Arósio representando a mulher brasileira e fazendo a sua propaganda, mandou para os Estados Unidos US\$4.000.000.000,00 no ano passado. A EMBRATEL, antes símbolo das telecomunicações brasileiras, hoje é uma empresa que pertence ao capital norte-americano.

Nobre Deputado Marco Régis, teremos a chance, em outra oportunidade, de retomar esses assuntos, porque o tempo está encerrado. Agradeço a V. Exas. a paciência de acompanhar o nosso raciocínio. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/9/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.629, de 1999, 1.949, de 2000, 2.064, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Andrada

exonerando Paula Patrícia de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Ana Carolina Utsch Terra para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Andreia Serafim da Costa Paz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira

exonerando Edvane Sena Nunes do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da

mesma Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 6/9/2001, que nomeou Arnaldo Francisco Penna para o cargo de Assistente Administrativo padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do PSDB;

nomeando Paula Patrícia de Oliveira para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do PSDB.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2001

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2001

Data de julgamento: 11/9/2001.

Objeto: aquisição de cabeça de impressão com cartucho de tinta intercambiável e tinta Ink-jet (refil) de cabeça de impressão, para telecopiador Olivetti série 500.

Licitante vencedora: César Reis Office Products Ltda. (itens 1.1 e 1.2)

Licitantes desclassificadas: para os itens 1.1 e 1.2 - Progresso Informática Ltda. e CM Informática Ltda.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2001.

Sérgio José Barcelos, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais. Objeto: locação de imóvel. Objeto deste aditamento: prorrogação e reajuste contratual. Dotação orçamentária: 3132.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2001

CONVITE Nº 31/2001

Objeto: aquisição de lâmpadas. Licitantes habilitadas: Casa Saldanha Ltda., Comercial Elétrica Contagem Ltda., Comercial Mundial Ltda., Concreta Representações Ltda., Eletro Brasil Sociedade Ltda., Show Luz Lâmpadas Especiais e Iluminação Ltda. e Loja Elétrica Ltda.

ERRATA

ATA DA 278ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 6/9/2001

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 11/9/2001, na pág. 24, col. 3, sob o título "Leitura de Comunicações", substitua-se a parte correspondente à Comissão de Assuntos Municipais pela que se segue:

"aprovação, na 72ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 2.482/2001, do Deputado Dimas Rodrigues; 2.497/2001, do Deputado João Batista de Oliveira; 2.498 a 2.500/2001, do Deputado Márcio Kangussu, e 2.505/2001, do Deputado Amilcar Martins;"